

Assembleia

Dia 10/12

17h, Auditório 4 – Módulo VI

Pauta: Informes, Campanha do orçamento 2014, 33º Congresso do Andes-SN: indicação da delegação, O que ocorrer

Convite Festa Natalina

*Dia 18 de dezembro, a partir das 17h30,
Auditório Central.*

Paralisação, Aula Pública e Audiência Pública: comunidade luta por mais verbas

11 de dezembro será mais um Dia Estadual de Luta envolvendo a comunidade universitária das quatro Ueba. Mobilização será na Assembleia Legislativa, a partir das 9h



Dia 7 de novembro, professores, estudantes e técnico-administrativos da Uefs foram às ruas denunciar o corte no orçamento das Ueba. [Págs 4 e 5](#)

Conjuntura

▶ A população precisa sentir-se sujeito ativo e participar das discussões políticas do país.

[Pág. 3.](#)

Entrevista

▶ Roberto Leher (Ufrj) fala sobre a mercantilização do ensino público e a desvalorização do docente.

[Pág. 6.](#)

Copa 2014

▶ Leia como os Megaeventos Esportivos potencializam o enriquecimento das grandes empresas.

[Pág. 7.](#)

2014: Copa, eleições e muita luta!

O ano de 2013 não escapou da rotina do Movimento Docente e foi de muitas lutas em defesa da educação pública, da autonomia das Universidades Estaduais da Bahia (Ueba), de melhores condições de trabalho e de apoio ao conjunto das lutas travadas pela classe trabalhadora.

Iniciamos com a campanha salarial, que encerrou no início de junho, após a aprovação do indicativo de greve que levou o governo a apresentar uma proposta aceitável, levando à assinatura do Acordo salarial. Participamos das manifestações de junho em Salvador e em Feira de Santana, com nossas bandeiras e apoiando aquelas condizentes com os interesses da maioria trabalhadora. Construímos os Dias Nacionais de Luta, em julho e agosto, convocado pelas Centrais Sindicais por definição da nossa Central, a CSP Conlutas, à qual o Andes-SN e a Adufs são filiados.

Já a partir de setembro, o desafio foi a construção do enfrentamento com o governo estadual, que pretende reduzir as verbas de custeio e investimento das Ueba para 2014, conforme pro-

jeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) enviado pelo governador à Assembleia Legislativa. Mas, a crise orçamentária nas instituições já persiste causada pela falta do repasse dos recursos aprovados para o orçamento de 2013 e acirrada com o Decreto 14.710/13. Professores, estudantes e técnico-administrativos das quatro instituições se unificaram na luta em defesa dos 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI), também endossada pelos reitores.

Nesta edição do Jornal da Adufs, a diretoria traz sua visão da conjuntura e os desafios postos por ela, uma avaliação do impacto da redução dos recursos em 2014, caso ela se concretize, e a importância da luta para que isso não aconteça.

O entrevistado é o professor Roberto Leher, crítico da atual mercantilização do ensino público no Brasil. Os megaeventos esportivos, a exemplo da Copa de 2014, são tratados em artigo do professor Edson do Espírito Santo, diretor da Adufs. O texto reflete sobre os desvios de recursos públicos para o setor privado, seus impactos, a situação da

população à margem desses projetos, além de apontar o risco de que os altos investimentos em infraestrutura atendam somente à parcela dos que moram nas áreas nobres, o que aprofunda ainda mais a desigualdade econômica e social do país.

As lutas e eventos no âmbito do Andes-Sn e da CSP Conlutas também são abordados, bem como a participação da Adufs nessas atividades.

Sendo o último do corrente ano, o Jornal da Adufs 25 deseja Boas Festas e um próspero Ano Novo. Com todas as dificuldades e problemas que enfrentamos como professores(as) e cidadãos(ãs), a mensagem da diretoria da Adufs não poderia ser outra, a não ser da esperança. Não daquela esperança "sentada à beira de caminho", mas de uma que nos anima e mobiliza para a luta, para a busca dos nossos direitos e tendo como sentido a felicidade. Essa possibilidade, inevitavelmente, nos leva à utopia, tão bem-vinda, de uma sociedade justa e igualitária. Viva 2014!

A diretoria da Adufs

Debate traz reflexão sobre a condição do negro

O Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro, provocou uma discussão sobre desigualdade racial e preconceito. A atividade, denominada *Pôr do sol com debate*, foi promovida pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e contou com o apoio da Adufs e do Núcleo de Estudantes Negros e Negras da Uefs (Nenuefs). Música e poesia também integraram o evento realizado na universidade.

Elson Moura, diretor da Adufs, reafirmou a posição em fazer essa discussão que interessa a todos que lutam contra a opressão capitalista.

Segundo a professora Sandra Nivia, representante da Associação como debatedora, "o evento trouxe discussões importantes acerca das conquistas e desafios a serem enfrentados por negros e negras na sociedade brasileira. Atividades desta natureza nos alimentam e impulsionam a lutar contra o preconceito".



Discussão reforça a luta contra o preconceito

Ações da assessoria jurídica buscam garantir direitos

Progressão na carreira

Diante do desrespeito do governo petista para com o direito à progressão automática, conforme previsto pelo Estatuto do Magistério Superior, além da denúncia e da pressão feita pelo Movimento Docente, a Adufs vai interpelar judicialmente o governo, exigindo o cumprimento imediato do processo, já concluído no âmbito da Uefs, bem como o pagamento retroativo. Esta foi uma sugestão do Grupo de Trabalho (GT) sobre Carreira do Fórum das ADs.

Adicional de insalubridade

Professores e técnico-administrativos sofreram corte no adicional de insalubridade, que varia entre 10% e 30% do salário-base. A assessoria jurídica da Adufs deu entrada em um processo na Vara da Fazenda Pública de Feira de Santana solicitando que a Justiça obrigue o Estado a acatar a perícia feita pela empresa contratada pela Uefs, ao invés da análise feita pela Junta Médica do Estado, e efetue os pagamentos.

Uma das justificativas da petição é que o médico que lavrou o formulário não convocou a categoria para participar da inspeção e que não foi feita visita *in loco* dos locais mapeados. Além disso, o material produzido pela Junta vai de encontro ao elaborado pela empresa, feito por médicos do trabalho e que estiveram na Uefs entrevistando os envolvidos. A Uefs também será notificada.

Auxílio-alimentação

O retorno imediato do pagamento do auxílio-alimentação para os professores licenciados para pós-graduação, conforme o Mandado de Segurança nº 0016397, impetrado pela assessoria jurídica da Adufs, foi determinado pela liminar concedi-

da pela desembargadora Pilar Célia Tobio de Claro. O pagamento foi suspenso pelo governo do Estado em 2010, em função do parecer da Procuradoria Geral do Estado, que estabelecia que, por ser o auxílio-alimentação verba de natureza indenizatória, sua percepção é incompatível com a situação do servidor afastado do serviço, seja qual for o motivo.

A decisão liminar acolheu a tese da assessoria jurídica da Adufs, já amparada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), de que o auxílio-alimentação, possuindo caráter indenizatório, sendo inerente ao exercício do cargo, deve ser pago aos professores que se encontram em gozo de licença para pós-graduação, uma vez que tal afastamento é, por força do art. 33, I e II da Lei Estadual nº 8.352/2002, reconhecido como efetivo exercício do cargo.

Pagamento da URV

O Supremo Tribunal Federal determinou o pagamento das perdas salariais de servidores públicos estaduais e municipais que tiveram os vencimentos convertidos por meio de lei estadual na mudança do Cruzeiro Real para a Unidade Real de Valor (URV), instituída em 1994 como forma de transição para o Real. A decisão permite que os servidores recebam a devolução dos valores referentes às perdas com correção.

A assessoria jurídica da Adufs entrou com recurso para que o Tribunal de Justiça da Bahia aplique a decisão. Mesmo sabendo da demora dos processos contra o Estado, outro problema a ser enfrentado é que, segundo a Procuradoria Geral do estado (PGE), a correção deve incidir somente sobre o período entre o momento da conversão do salário e o da publicação da lei estadual que tenha reestruturado a carreira ou definido reajustes para compor essas perdas. Agora, é cobrar do governo agilidade na tramitação do processo.

ADUFS
Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana

ADUFS SEÇÃO SINDICAL – ANDES/SN
BR 116 - Km 03, Campus Universitário, MT 45
CEP - 44031-460 - Feira de Santana - BA.
Fone: (75) 3161-8072 - telefax: (75) 3224-3368
www.aduufsba.org.br
aduufs@uefs.br ou aduufsba@yahoo.com.br

Coordenação Geral
Elson Moura Dias Júnior
Emmanuel Oguri Freitas

Suplente
Maslowa I. C. Freitas

Secretaria Geral
Ana Jaqueline Santiago Carneiro
Edson Espírito Santo Filho

Suplente
Larissa Penelu B. Pacheco

Secretaria de Finanças
Antonio Rosevaldo Ferreira da Silva
Francisco José B. Souto

Suplente
Acácia Batista Dias

Conselho Fiscal
Haroldo Gonçalves Benatti
Sandra Nívia s. de Oliveira
Caroline Vasconcelos Ribeiro

Suplente
Rafael Rodas Vera Filho
Balmukund Niljay Patel
Franz Peter A. Faria

Jornalista responsável
Amini Dórea (DRT-BA: 2285)

Estagiário
Edimilton Santos

Tiragem
1.200 Exemplares
Fotos Adufs

Diagramação
apronto
comunicacao

Leilão de Libras e mensalão: duas expressões de um mesmo projeto

Na edição 24 deste jornal, nesta mesma Editoria, apontamos a dificuldade em analisar a conjuntura pelo fato de ainda estarmos vivenciando-a. Falávamos daquilo que ficou conhecido como “manifestações de junho”. Por outro lado, já apontávamos a possibilidade de identificar atores, cenários, fatos, acontecimento e a correlação de forças envolvidas. Pensamos ter acertado na análise de que o governo, no seu papel de comitê da burguesia, apresentaria propostas que mascarariam as reais necessidades da classe trabalhadora, a exemplo da “constituente”.

Acreditamos que do Jornal 24, em setembro passado, para este, não tivemos alterações substanciais. O desafio gira em torno de analisar alguns fatos que se mantêm no cenário por nós analisados na edição anterior e, por princípio, apontar os rumos da luta. Ao fim e ao cabo, este é o fio condutor de uma análise de conjuntura.

Dois fatos merecem nossa atenção: o leilão do campo de Libras e o processo/espetáculo do julgamento do mensalão do PT. Ganham destaque frente a outros fatos por cumprir o papel sinalizado acima: aclarar o papel do governo no cenário atual e se constituírem enquanto fatos que podem ser alçados ao patamar de acontecimentos, alterando, ainda que timidamente, os rumos da história. Portanto, devemos estar atentos.

No primeiro caso, temos um grande negócio: o campo de Libras, situado na Bacia de Santos, vendido pelo preço de R\$ 15 bilhões. O grande negócio não está aí, mas nas vantagens dos que adquiriram o direito de explorar a reserva. Vamos aos dados! A produção no campo de Libras será partilhada pela Petrobrás (40%), pela anglo-holandesa Shell (20%), a francesa Total (20%) e as chinesas Cnpc e Cnooc (10% cada uma). O repasse à União será de 41,65% do óleo/lucro (montante de óleo extraído, excetuando os custos de produção e os royalties de 15%).

Segundo dados do Informandes (nº 27), no resto do mundo, em países exportadores de petróleo, o percentual de óleo/lucro repassado é de 80%, uma média de 72% do óleo produzido. De acordo com o vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), o Brasil leiloou um bilhete premiado. E não para por aí! As perspectivas são de 60 bilhões de barris para o projeto pré-sal (Libras corresponde a apenas 15 bilhões de barris).

A presidenta Dilma, que na campanha de 2010 afirmou que “privatizar o pré-sal é um crime, ele é nosso passaporte para o futuro”, se apoia numa pretensa falta de recursos para a produção no campo de Libras e abre uma concessão - termo travestido para privatização. Mantém, se não amplia, o modelo “lulista” que, por sua vez, foi uma manutenção requentada do seu antecessor, FHC.

A presidenta encontra nos royalties outra justifi-

cativa. Sobre essa última, aliás, cabe pontuar que os royalties só poderão ser utilizados quando o campo de Libras começar a operar plenamente, ou seja, por volta de 2019. E, ainda segundo o Informandes e a Revista Caros Amigos (nº 64), os royalties representam, em 2013, 0,2 % do PIB. Para 2022, representarão 0,6%. Aquilo que em tese será repassado para a educação está muito aquém das suas necessidades. É importante lembrar da pauta dos 10% do PIB para a educação pública.

Não mencionamos aqui o montante de recursos economizados pelas empresas vencedoras da concessão, já que a Petrobrás foi a responsável pelas pesquisas que desembocaram na descoberta do campo. Também não tratamos do aparato militar utilizado para garantir a tranquilidade do processo de privatização.

E, por fim, um detalhe que faz muita diferença. Ainda que o governo teime em nos enganar com as vantagens do retorno da exploração do projeto pré-sal, não podemos nos esquecer do quanto de orçamento é consumido no pagamento da dívida. Em 2012, o pagamento da dívida consumiu 45% do orçamento, mais uma expressão das opções políticas do governo federal. Desta vez, em relação às reservas naturais e à soberania nacional.

O segundo fato marcante da conjuntura, o mensalão do PT (Ação Penal 470), embora aparentemente represente mais um caso de corrupção, um “mais do mesmo”, em essência, pode ditar novos rumos da conjuntura política. De um lado, temos a suspeita de julgamento ilegal e arbitrário por parte do Superior Tribunal Federal em relação a alguns dirigentes do Partido dos Trabalhadores. Isso pode abrir um precedente para uma criminalização cada vez maior aos movimentos de luta.

De outro lado, soa bastante estranho a omissão da direção do PT, já que os pedidos de anulação da Ação Penal não partem das lideranças ou mesmo do conjunto do Partido. Parece-nos um pouco de “perdem-se os anéis para se preservarem os dedos”. Não nos surpreendamos, aliás, se essa estratégia tiver uma resposta positiva, para eles, nas próximas eleições. A “bolsificação da vida”, em conjunto com a troca de favores, talvez ainda surta efeito.

No meio disso tudo, temos uma classe trabalhadora já muito acostumada a abrir mão do seu protagonismo, de ser sujeito histórico de sua vida, atribuindo ao outro aquilo que pretensamente é incapaz de fazer.

O performático Joaquim Barbosa, personagem quase que central do julgamento, acumula todos os “adereços” para tornar-se um herói tupiniquim. Um verdadeiro exemplo de faça-se a si mesmo, o sucesso só depende de você!

O espetáculo se completa: o partido que se rende, a classe que se omite e o “herói” que nos salva. No entanto, a classe trabalhadora não deve assumir o papel da omissão frente à história. Deixá-la nas mãos dos que já ditam as regras do jogo, seja o PT, seja o STF, é permitir ser dirigida pelo grande capital, ora na estrutura política, ora na estrutura jurídica. É necessário assumir as rédeas das nossas vidas e nos reconhecemos enquanto sujeitos que ditam os rumos da luta.

No próximo ano, acontecerão as eleições. Para a grande maioria dos partidos, elas se constituem em seu meio e fim. É preciso que denunciemos as políticas implementadas pelos governos municipal, estadual e federal e que desmascaremos suas tentativas de manter-se no poder a qualquer custo. Não é o PT o único a ser combatido, pois inexistem no horizonte possibilidade real de que as alternativas colocadas (PT, PC do B, PSDB, PMDB, DEM etc.) possam atender às reivindicações históricas da classe trabalhadora.

A resposta precisa ser dada nas ruas, nas mobilizações e nas greves. O momento é de reorganizar a classe trabalhadora sob suas bandeiras e de construir o enfrentamento. Tais bandeiras devem abarcar as lutas contra a exploração e a opressão, além de traduzir a necessidade das políticas públicas protetivas (educação, saúde, segurança, habitação, lazer, etc.), do fim das discriminações e preconceitos étnico-raciais e de gênero.

A denúncia da prioridade dos governos para o agronegócio, destruindo nossa riqueza natural e avançando sobre os direitos dos indígenas e quilombolas, é imprescindível para mostrar a quem eles servem: aos empresários. Do mesmo modo, devemos fazê-lo em relação à submissão do uso dos recursos naturais e dos recursos públicos às necessidades do capital, ao desonerar impostos e licenciar as grandes obras, degradando a natureza e a vida da maioria das pessoas.

A estratégia política do governo e de seus aliados é de criminalizar os movimentos sociais e despolitizar as ações de massa. Outro elemento que precisa ser desmistificado junto à maioria da população, pois cada vez mais tem sido reforçado pela grande mídia, porta-voz fiel dos interesses da minoria dominante.

Na Bahia, a conjuntura é reflexo do quadro acima descrito. O PT tenta iludir o povo com ações assistencialistas e propagandas enganosas e alia-se à boa parte da antiga base carlista para garantir a governabilidade, como dizem. Esquece que, se coerente fosse com a proposta original do Partido, sua base deveria ser a classe trabalhadora, essa sim, capaz de garantir o programa de governo que atenda às suas necessidades. Mas, a opção do PT é pavimentar seu caminho renegando tal proposta e dependendo cada vez mais de alianças práticas espúrias.

Os próximos passos, portanto, devem ser na direção do fortalecimento do embate nas ruas e nos locais de trabalho. Para o Andes-SN e a CSP Conlutas, 2014 pode se tornar um ano exemplar, um período de lutas importantes, tanto pelo agravamento da crise e dos efeitos perversos da política macroeconômica, quanto pela criminalização e repressão aos movimentos sindicais e sociais. Mas, a memória dos protestos de junho deste ano será, sem dúvida, uma alavanca para pôr em movimento os “de baixo”. Que se cuidem os “de cima”!

A resposta precisa ser dada nas ruas, nas mobilizações e nas greves. O momento é de reorganizar a classe trabalhadora sob suas bandeiras e de construir o enfrentamento. Tais bandeiras devem abarcar as lutas contra a exploração e a opressão, além de traduzir a necessidade das políticas públicas protetivas (educação, saúde, segurança, habitação, lazer, etc.), do fim das discriminações e preconceitos étnico-raciais e de gênero.

Com a redução do orçamento para 2014, a Uefs pode parar!

As Universidades Estaduais da Bahia (Ueba), atualmente, vivem o acirramento da crise orçamentária, reflexo da política do governo do PT de sucateamento do ensino público superior. Com o discurso falacioso da “crise” e da “frustração na arrecadação”, dito nas reuniões realizadas com o Fórum das ADs, ele busca engabelar a sociedade, escondendo suas verdadeiras prioridades ao manter uma política econômica que visa atender às necessidades dos empresários e banqueiros.

Dessa forma, surpreende, mais uma vez, a comunidade acadêmica com a proposta de redução. Isso mesmo, diminuição das verbas para custeio e investimento para 2014 em relação à 2013. Segundo o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) enviado à Assembleia Legislativa, para 2014, a ser votada até este mês, há uma queda de R\$ 10.649.700,00 milhões no orçamento previsto para as quatro instituições.

Inicialmente, essa quantia era maior. Com a pressão do Movimento Docente (MD), endossada pelo Fórum de Reitores, o governo usou de um artifício perigoso: remanejou verbas de pessoal para investimento e custeio, aparentemente diminuindo o impacto negativo da redução (Veja a tabela 01).

Caso essa redução se configure, representará uma grande ameaça às Ueba, pois poderá agravar ainda mais a situação ocorrida ao longo deste ano, quando foi constante a ameaça de suspensão de serviços dos terceirizados e dos fornecedores, em função de recorrentes atrasos nos pagamentos, inclusive previstos no orçamento de 2013, mas que a Sefaz não liquida (paga efetivamente, pois é quem tem a chave do cofre).

Na Uefs, o saldo de despesas liquidadas e não pagas até o dia 21 de novembro somava mais de R\$ 5.950,00 milhões. “Estamos sendo constrangidos com a constante cobrança dos credores”, disse indignado Rossine Cruz, pró-reitor da Administração e Finanças (Proad). Acrescentando que “a Uefs fará gestões para que o orçamento seja suplementado, durante o ano de 2014. Mas, caso a suplementação seja insuficiente ou não ocorra, a instituição terá que remanejar recursos para co-



Em reunião com o MD, dia 29 de outubro, governo disse “não ter um centavo a mais para as Ueba”

brir despesas prioritárias. A situação financeira do próximo ano poderá ser ainda pior se, em função dos efeitos das restrições financeiras deste ano, tivermos que cobrir despesas de 2013 com recursos orçamentários de 2014”.

Efeitos nefastos da redução: a bomba em 2014

O valor pleiteado pela Reitoria da Uefs para o próximo ano, em conformidade com o planejamento e o orçamento participativo, foi de mais de R\$ 272 milhões, mas o montante a ser liberado, de acordo com o projeto de LOA, ficaria em apenas R\$ 224 milhões. Ao considerar que, desse valor, 77% é para pagamento de pessoal e encargos, pouco resta para a manutenção (15%), atividades finalísticas (5%), projetos acadêmicos (2%) e às obras e reparações (1%).

Em conformidade com o orçamento participativo, em 2014, seriam iniciadas importantes obras, a exemplo da ampliação do Restaurante Universitário e a construção do Pavilhão de Aulas. Essas obras, e a continuidade das que estão em andamento, necessitariam de quase R\$ 12 milhões. No entanto, se não houver emenda ao projeto do

Executivo para a LOA, o recurso para esse fim será somente de R\$2,5 milhões.

Mas, os efeitos do agravamento da crise ocorrerão também em relação aos concursos e as seleções para técnico-administrativo e professores, que não poderão ser realizados. Na Uefs, além de 50 vagas de professor efetivo, represadas de 2012 e 2013, atualmente supridas com professor substituto, a demanda para o próximo ano está em torno de 40 vagas, quase todas para o semestre de 2014.1. Em se tratando dos técnico-administrativos, a universidade aguarda autorização para convocar aprovados no último concurso (41), realizado em 2010.

Tão grave, igualmente, serão as consequências sobre a política de assistência estudantil. A verba a ser destinada a essa área é diminuta, considerando demandas como o pagamento da empresa que administra e fornece as refeições no RU, a ampliação da Residência e do RU, a aquisição de material para a política de cotas, etc.

Segundo Otto Agra, da Unidade de Organização e Desenvolvimento Comunitário (Undec), o RU poderá ser muito prejudicado pelo projeto da LOA. “O RU aumentou o número de refeições. Até 2012, o orçamento anual era de, aproximadamente, R\$ 1 milhão. Para 2014, a universidade precisará dispor de R\$3,5 milhões e a Secretaria da Educação deverá aportar recursos de, no mínimo, metade desse valor. Será necessário, também, contar com o apoio financeiro de outras instituições governamentais. Sem recursos externos, em apoio a esse subsídio à permanência estudantil, a Uefs terá que remanejar os já poucos recursos do seu próprio orçamento. O cenário que se aproxima não é nada bom”, anunciou.

Outro aspecto a ser ressaltado, quanto ao arrocho orçamentário, se refere aos direitos dos docentes, que vêm sendo fragorosamente desrespeitados pelo governo. Permanecem aguardando solução os pedidos de progressão (69),

**TABELA 01
UEBA - COMPARATIVO DAS COTAS (SEM PESSOAL)**

UNIVERSIDADES	2013	2014
UNEB	359.398.200,00	397.557.000,00
CUSTEIO E AÇÕES DO PPA	111.160.200,00	108.631.000,00
UESB	194.875.800,00	215.656.000,00
CUSTEIO E AÇÕES DO PPA	50.476.500,00	45.756.000,00
UEFS	202.946.600,00	224.494.000,00
CUSTEIO E AÇÕES DO PPA	55.821.600,00	51.755.000,00
UESC	166.184.400,00	183.830.000,00
CUSTEIO E AÇÕES DO PPA	44.983.400,00	45.650.000,00

Fonte: Asplan/Uefs

promoção (32) e mudança de regime de trabalho de técnicos (15) e de docentes (20), alguns na Secretaria da Administração (Saeb) desde maio deste ano. Pelo Estatuto do Magistério Superior, as progressões devem ser automáticas, após o requerimento do interessado. Além do mais, ele reza que o processo deve se esgotar na Universidade. Assim, por outro lado, o governo ao cozinhar os processos em banho-maria, também fere a autonomia universitária.

O exemplo do professor Deybson Borba de Almeida, do Departamento de Saúde, é emblemático: "Meu pedido de promoção para assistente foi solicitado em junho de 2012. Me sinto desrespeitado. Isso mostra que a educação não é prioridade para o governo e o quanto o servidor é desvalorizado", disse. Segundo a Administração da Uefs, apesar de já constarem nos processos enviados à SEC, e terem sido aprovados previamente pela Codes, ela repassou ao gabinete da Secretaria da Educação o resumo de todas as planilhas orçamentárias dos processos promoção, progressão e mudança de regime dos docentes e servidores técnicos.

O projeto da LOA: a luta em curs e a perspectiva para 2014

Após a assinatura do Acordo salarial no início de junho deste ano, que representou ganhos significativos, o Movimento Docente não pôde nem respirar e cuidar mais das chamadas "pautas internas" e voltar-se para a promoção de eventos de formação e de outras atividades, a exemplo da campanha de sindicalização, proposta pelo Andes SN. Isto porque, já em agosto, foi surpreendido por um projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), para 2014, enviado pelo governador a Assembleia Legislativa, que simplesmente reduz os recursos destinados a investimento e custeio. De imediato, o Fórum das ADs exigiu uma reunião com o governo e construiu as reuniões com o Fórum dos Reitores e o Fórum das 12, que representa os três segmentos para discutir a questão.

No dia 3 de outubro, em assembleia da Adufs, a categoria se posicionou firmemente contra mais este ataque do governo petista às Ueba e vários encaminhamentos foram aprovados. Em particular, os três Dia Estadual de Luta, em 9 de outubro, 7 de novembro e, agora, em 11 de dezembro, os dois últimos com a paralisação das atividades acadêmicas. Após a pressão, aconteceu uma reunião em 29 de outubro na qual os representantes do governo afirmaram categoricamente "nenhum centavo a mais" para as Universidades estaduais.

Por outro lado, a comunidade não se abateu e respondeu com a mobilização. Nem a denúncia feita pelos próprios reitores e a subscrição de um documento juntamente com o Fórum das ADs, reivindicando 7% da Receita Líquida de Impostos, fez, até o momento, o governo recuar. A partir de uma proposição do Movimento Docente, a minoria na Assembleia Legislativa (Alba) já encaminhou uma emenda parlamentar para que a LOA seja alterada, aumentando os recursos para as Ueba em mais de R\$ 430 milhões para 2014.

O governo insiste em dizer que, nos últimos seis anos, o orçamento das quatro universidades

foi duplicado, mas não explicita que toma como base o ano de 2006, quando tais recursos já estavam bastante distante das reais necessidades de consolidação e expansão das Ueba, e que cerca de 80% deles correspondem ao pagamento de pessoal, cujo aumento se deveu às conquistas salariais.

No próximo dia 11 de dezembro, além da paralisação das atividades nas quatro universidades, acontecerá uma Aula Pública, às 9 horas, promovida pelo Fórum das 12 e uma Audiência Pública convocada pela Comissão de Educação da Alba, por solicitação das entidades representativas de estudantes, técnico-administrativos e docentes. Será mais uma oportunidade para denunciar a situação calamitosa e, ao mesmo tempo, pressionar o Executivo a alterar a LOA que prevê apenas 4,92% da RLI para o próximo ano. Também em pauta no Fórum das 12, a realização de Assembleia Geral Universitária (AGU) nas quatro Ueba, para avaliar, se necessário, uma greve geral para início de 2014. A participação no cortejo da Lavagem do Bonfim em janeiro é outra atividade prevista para levar o movimento às ruas, aliando-se a fé e a luta.

Com essas mobilizações, espera-se a reunião prometida pelo governo Wagner ainda para este ano, quando se comprometeu a apresentar uma proposta de aumento no orçamento para 2014, de regularização dos pagamentos aos credores e de prazos para a solução dos problemas relativos aos processos de promoção, progressão e mudança de regime de trabalho, além da ampliação do quadro docente com a desvinculação das vagas por classes.

A expectativa é que o governo recue e aumente as verbas para custeio e investimento, mas se isto não acontecer, a luta será retomada no início do próximo semestre letivo: a comunidade não vai esperar "sentada" que as universidades estaduais fiquem à míngua porque este ou qualquer outro governo não lhes dá prioridade e o tratamento que merecem pela importância que adquiriram para a Bahia.



A Uefs fará gestões para que o orçamento seja suplementado durante o ano de 2014. Mas, caso a suplementação seja insuficiente ou não ocorra, a instituição terá que remanejar recursos para cobrir despesas prioritárias. A situação financeira do próximo ano poderá ser ainda pior se, em função dos efeitos das restrições financeiras deste ano, tivermos que cobrir despesas de 2013 com recursos orçamentários de 2014



DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA ADUFS OUTUBRO 2013

DESPESAS FIXAS	R\$
Salário do Mês	4.932,30
FGTS	559,54
INSS	1.783,54
PIS sem folha	63,66
Despesa Bancária	126,45
Vale Transporte	480,00
Assistência Médica	121,12
Telefone	445,89
Serviços Prest. Limpeza	70,00
Serviços Terceiros - PF	1.871,15
Serviços Terceiros - PJ Campanha de Mídia	810,00
Depreciação	259,13
Contribuição Dieese	503,34
Contrib. Andes SN e CSP CONLUTAS	3.684,00
1 - Resultado Despesas Fixas	15.710,12
OUTROS GASTOS	R\$
Refeições e Lanches	1.035,39
Férias (funcionários)	3.093,04
Jornais	654,90
Diárias para Eventos	1.880,00
Hospedagem	2.596,00
Impressos Gráficos	360,00
Condução - aéreas, ônibus e táxis	10.344,46
Campanha Mídia	2.970,00
Sala do Arquivo da Adufs	396,64
Desp. diversas	2.494,68
Contribuições p/ movimentos	660,00
IRRF s/ aplic. Financeira	100,07
Bens permanentes duráveis	510,50
Estagiário (jornalismo)	678,00
2 - Resultado Desp. Variáveis	27.773,68
RECEITAS - CONTRIBUIÇÕES	R\$
Contrib. Ativos e Inativos	49.289,93
Receitas Financeiras	3.960,99
3- Total das Receitas	53.250,92
RECEITAS - DESPESAS	R\$
Despesas 1+2	43.483,80
Receitas 3	53.250,92
Total das Receitas	9.767,12
SALDO APLICAÇÃO	397.848,00
SALDO BANCÁRIO	9.672,06
SALDO CAIXA	33,02
EMPRÉSTIMOS (fundo de greve e AD's)	10.561,01
(+) EMPR. FUNCIONÁRIOS	2.810,00
SALDO FINANCEIRO	420.924,09

Feira de Santana - Ba, 31 de outubro de 2013

Adufs
Associação dos Docentes da
Universidade Estadual de Feira Santana

Jucineide Correia de Jesus
C.R.C : 18478/0-0

Roberto Leher condena a mercantilização do ensino público

Após o debate sobre **Universidade e consciência social**, promovido pela Adufs em comemoração ao Dia do Professor, em outubro, o *Jornal da Associação* entrevistou o professor **Roberto Leher**, titular da Faculdade de Educação da Uffrj e pesquisador reconhecido nacionalmente. Abaixo, sua posição sobre a Universidade pública, a política do governo Dilma e o chamamento para o engajamento na luta.



Para Leher, empresas promovem um apartheid educacional

Adufs O senhor defende que a política do governo Lula, seguida pela presidenta Dilma Rousseff, colocou em movimento uma contrarreforma universitária que esfaleta a universidade. Como se configura esse ataque ao ensino superior?

Roberto Leher Basicamente, pela reconfiguração da educação superior e das instituições de ensino de formação profissional, que para suprir gargalos mais imediatos de força de trabalho, constituem um maior exército industrial de reserva para o mercado. Temos áreas como Catalão, onde já existia um curso do Senai para a formação do pessoal para Mitsubishi, e agora teremos um Ifet, que igualmente forma trabalhadores para a montadora. Isso quer dizer que tem uma superabundância de força de trabalho sendo preparada pelas instituições de ensino, o que contribui para diminuir os salários. Pela primeira vez, em muitos anos, temos uma política específica para alimentar o exército industrial de reserva e forçar o custo da força de trabalho para baixo, em benefício dos lucros do capital. É por isso que eu caracterizo como uma contrarreforma, pois não é uma expansão das universidades e dos institutos federais dentro de uma concepção de formação de alto nível para a ciência, a cultura, a arte e a tecnologia, mas uma formação muito mais instrumental e simplificada.

Adufs Pode-se dizer que essa política leva à crise da educação superior e que privilegia a mercantilização do ensino?

Roberto Leher Sim. Mercantiliza no momento em que forma força de trabalho, o que os economistas neoliberais chamam de capital humano. Não é a função da universidade e da educação formar o capital humano. Infelizmente, o MEC incorporou a agenda do capital e dos empresários. Na Educação Básica isso acontece com o movimento Todos pela Educação, e no Ensino Superior com a adoção da Lei de Inovação Tecnológica, no sentido de estruturar o aparato de pesquisa para atender demandas de serviços das empresas e corporações. Essa é uma herança que vem desde a época da ditadura e que se aprofundou no atual

período, na medida em que os empresários definem o que é prioridade. O Brasil tem aumentado a produção do conhecimento científico, mas o número de patentes é 20 vezes menor do que na Coreia, por exemplo. Isso mostra que existe uma desconexão entre o aparato produtivo brasileiro e a necessidade de incorporação de ciência e tecnologia nesse aparato. O aparato produtivo no Brasil não tem interesse direto na produção de novas tecnologias e inovações tecnológicas, e isso sobrecarrega as universidades, pois, na medida em que as empresas não possuem departamentos próprios de pesquisa, recorrem à força de trabalho mais qualificada nas universidades, que têm suas funções desvirtuadas.

Adufs A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), que destina a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação ao longo de dez anos, ou seja, até 2020, quando termina a vigência do Plano. Qual a sua avaliação sobre isso?

Roberto Leher Esse plano é desastroso e acho que não deveria ser aprovado. A última versão fala em 10% do PIB para a educação, e não para a educação pública. Isso quer dizer que todas as parcerias com as empresas, como o Itaú, organizações Globo, Santander, Instituto Ayrton Senna, Bradesco e o movimento Todos pela Educação, vão se beneficiar de mais recursos. Essas empresas estão destruindo o ensino público, simplificando a formação humana e promovendo um apartheid educacional. Não vejo o porquê da verba pública e dos impostos arduamente produzidos pela classe trabalhadora serem utilizados pelas empresas. No caso da educação superior, o fato de termos na lei 10% do PIB pode ser uma hipertrofia de programas como o Pronuni e o Fies, ou seja, um despejo sem precedentes de recursos públicos para as empresas mercantis, agora já internacionalizadas. As faculdades privadas não são mais grupos familiares, mas grupos controlados por fundo de investimentos, grande parte estrangeiros, ávidos por recursos públicos.

O restante do plano também é ruim. Passa toda a formação da juventude, que está hoje no Ensino Médio, para controle direto do empresariado, por meio do Sistema S. Esse mesmo sistema tem hoje a coordenação pedagógica do Pronatec, que incentiva a expansão dos cursos a distância e sem qualidade. Esse plano não organiza as responsabilidades dos estados, municípios e do governo federal, além de não melhorar o financiamento e ampliar a presença de setores privados na educação pública. Do jeito que está, traz mais prejuízos aprovado do que rejeitado.

Adufs A proposta de criação do Ministério da Educação de Base (PLS N518/2009), transferindo a educação superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia, pode trazer quais tipos de mudanças para as universidades?

Roberto Leher Essa discussão está suspensa, mas dá sequência à lógica dita anteriormente. O Ministério de Ciência e Tecnologia cuida dos interesses tecnológicos e organizacionais das empresas. Se as universidades passam a estar subordinadas a esse ministério, estarão ainda mais vinculadas à lógica de serviços e aos interesses

das empresas. A vinculação ao Ministério seria um retrocesso muito grave. Isso também afastaria as universidades da Educação Básica. Infelizmente esse ministério assumiu como tarefa a competitividade das empresas, o que poderia ser do Ministério de Indústria e Comércio. É legítimo que o setor industrial tenha incentivos para a inovação tecnológica, mas para criar departamentos de pesquisa e desenvolverem seus processos. A universidade pode contribuir nessa lógica com a formação de mestres e doutores bem formados e capacitados para a pesquisa. As atividades que são específicas do capital devem ser realizadas dentro das empresas, e não, nas universidades.

Adufs Pode-se dizer que a universidade brasileira consegue cumprir o papel de auxiliar no desenvolvimento econômico e social da nação?

Roberto Leher A universidade brasileira aprendeu a se proteger das ingerências que vêm desde a ditadura, da indução dos editais e dos programas. Sempre existe pesquisa relevante na área da saúde, educação, cultura, dentre outras. A pergunta que nós temos que fazer é se a escala dessa produção dá conta. Eu acho que não, pois são esses os grupos que menos recebem incentivos. Quem está preocupado, por exemplo, com a agricultura familiar, com a agricultura camponesa e com a produção de hortaliças são os setores menos capitalizados e que menos obtêm apoio institucional para a pesquisa. A pós-graduação, cada vez mais, é orientada por critérios que afastam a ciência dos grandes problemas nacionais. Penso que a universidade desempenha um papel muito relevante na melhoria da qualidade de vida da população, mas está em risco, na medida em que a mercantilização está sendo intensificada. A população tem que ir às ruas junto com os professores, se quiser que seus filhos e netos tenham uma educação pública e de qualidade. Sindicatos, partidos políticos, associações, entidades, entre outros, têm de se mobilizar e compreender que a necessidade de lutas unificadas em prol da educação pública é algo urgente. A educação pública, de fato, está numa situação muito vulnerável. A função social da universidade requer o enfrentamento de complexos desafios epistemológicos e epistêmicos. Somente assim a instituição poderá ser relevante para tornar pensáveis os problemas dos povos.



Leher esteve na Uefs no debate do Dia do Professor

Quando os interesses da classe trabalhadora entrarão em campo?¹

Apresentados como demonstração da capacidade do país em sediar uma festa dessa magnitude, ao longo dos governos Lula/Dilma, os grandes eventos esportivos ganharam um caráter estratégico pela oportunidade de projeção internacional ou como desenvolvimento do potencial econômico e esportivo da nação. No entanto, os dados da realidade apontam que, enquanto principal expressão da Política Nacional de Esporte, a sua adoção intensificou o assalto aos cofres públicos através do favorecimento às empreiteiras, aos setores imobiliários e de serviços turísticos, à mídia burguesa representada pela Rede Globo, aos principais clubes brasileiros e Confederações Esportivas, às megacorporações que os patrocinam, além do favorecimento aos monopólios do esporte mundial: Federação Internacional de Futebol (Fifa) e Comitê Olímpico Internacional (COI).

A Fifa, como detentora dos direitos da Copa do Mundo de Futebol, impôs ao Brasil desde 2006 que a sua realização somente seria possível mediante o comprometimento do país em adotar um conjunto de medidas, além de assegurar excepcionalidade à entidade na comercialização de seus produtos com isenção de impostos. Neste sentido, no ano de 2010 foi assinado a Matriz de Responsabilidades da Copa 2014, que previa investimentos iniciais em torno de R\$ 23 bilhões. Dentre as obras previstas, a construção de doze Arenas Esportivas, reformas e ampliações de aeroportos, obras de mobilidade urbana, investimentos em Turismo e Segurança Pública.

Ao final de dois anos da assinatura desse documento, as estimativas apontam para um custo que deve ultrapassar R\$ 28 bilhões de reais. Em experiência anterior, os Jogos Panamericanos Rio-2007, o custo inicial desta competição estava orçado em torno de R\$ 300 milhões. No entanto, ao final de sua realização, ultrapassou R\$ 3 bilhões, conforme auditoria apresentada pelo TCU, em 2009. Ou seja: dez vezes superior ao projeto inicial.

Outra importante medida assinada no ano de 2012 foi a aprovação da Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012), em caráter excepcional, para assegurar a organização do evento nos moldes do "Padrão Fifa". Entre as concessões, destaca-se a exclusividade para a entidade na definição de critérios de transmissão dos jogos para os meios de comunicação no Brasil, a concessão irrestrita de vistos de entrada e permissões de trabalho, além de proteção comercial em solo brasileiro até 31 de dezembro de 2014. O Congresso Nacional permitiu à Fifa benefícios fiscais na circulação de serviços e a liberação de imposto sobre importação que aliviará seus cofres em R\$ 560 milhões, além da desobrigação do recolhimento dos impostos sobre Produtos Importados, de Renda e sobre Produtos Industrializados, podendo lhe render nessas negociações um lucro de US\$ 3,5 bilhões.

Outro setor que ampliou os seus negócios com a realização das obras da Copa foi a construção civil. Somente a empreiteira Odebrecht, responsá-



vel pela construção de quatro Arenas Esportivas (Corinthians, Pernambuco, Fonte Nova e reforma do Maracanã), estima ganhos de, aproximadamente, R\$ 2,8 bilhões. Numa articulação com outras empreiteiras (OAS, Andrade Gutierrez e Camargo Correa) arrecadarão juntas com a Odebrecht mais de R\$ 5 bilhões.

No mesmo compasso dos lucros se encontram as violações aos direitos sociais. Em dossiê apresentado pela Articulação Nacional do Comitê Popular da Copa, no ano de 2012, as denúncias dos desmandos cometidos nas capitais sedes da Copa se multiplicam, em nome da realização de obras de mobilidade urbana e especulação do espaço urbano. Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza e Curitiba foram cidades que mais flagram as atrocidades relacionadas às remoções de famílias residentes em áreas valorizadas e próximas dos estádios.

No caso baiano, o exemplo emblemático do trágico acidente, em novembro de 2007, que matou sete torcedores, longe de estabelecer a averiguação e punição aos culpados, se tornou um mote para a modernização do estádio da Fonte Nova. O conjunto arquitetônico tombado como patrimônio histórico pelo Iphan transformou-se em Arena Esportiva, através do Consórcio Fonte Nova (Odebrecht e OAS), que obteve o direito de utilizar o equipamento por 35 anos. O investimento inicial de R\$ 591 milhões foi complementado com a colocação de cadeiras temporárias para a realização da Copa das Confederações em 2013, o que custou aos cofres públicos do estado da Bahia pouco mais de R\$ 50 milhões. Outra medida foi a construção de dois viadutos de acessibilidade ao estacionamento da Arena Fonte Nova, orçados em R\$ 12 milhões.

No que se refere ao direito ao trabalho, o impasse foi instalado sobre a possibilidade de vendedores ambulantes e baianas do acarajé comercializarem no entorno do estádio durante a competição, uma vez que a Fifa exige a exclusividade na utilização das vias de acesso à Arena em raio de distância de até 2 quilômetros. Já para a realização do sorteio final das chaves para a Copa do Mundo em 2014, que será realizado em Costa do Saúpe, foram autorizados os recursos em mais de R\$ 6.400 milhões.

Diante desse quadro, as possibilidades de mobilizações neste período se colocam na pauta do dia como perspectivas para 2014. No Encontro Intersetorial do Andes-SN, que ocorreu em Brasília, de 25 a 27 de outubro, foi aprovada na plenária a necessidade da realização de jornadas de debates e lutas para o próximo ano, envolvendo a temática dos Megaeventos Esportivos.

Com esse breve balanço, apontamos a necessidade de ampliar as denúncias acerca do papel que cumprem esses eventos esportivos no enriquecimento das megacorporações via utilização dos recursos públicos. Contraditoriamente a essa farra com o dinheiro público, o governo petista quer reduzir o orçamento para as universidades estaduais baianas em 2014. Enquanto isso, as reivindicações do curso em Educação Física, na Uefs, de cobertura de uma de suas quadras poliesportivas para a realização de aulas dos seus componentes curriculares, de projetos de extensão e atividades culturais ainda se encontram sem perspectivas de concretização. Exijamos "padrão Fifa, já" para os direitos sociais!

1 - Prof. Edson do Espírito Santo (Dedu/Uefs)

INDÍGENAS E QUILOMBOLAS SÃO TEMAS DE SEMINÁRIO

O primeiro Seminário Nacional sobre Povos Indígenas e Quilombolas no Brasil aconteceu em 1º e 2 de novembro, em Dourados (MS). O tema central foi *O Estado contra nações indígenas e quilombolas: a questão da Terra*. Diego Carvalho, professor do DCHF, representou a Adufs. Segundo ele, “é importante destacar que o Seminário foi um espaço de socialização de conhecimento, de luta, debates e de troca de experiências com as lideranças de grupos indígenas e quilombolas”.

INTERSETORIAL DEFINE NOVOS DESAFIOS PARA O SINDICATO

As 62 seções sindicais reunidas no VII Encontro Intersetorial do Andes-SN, entre 25 e 27 de outubro, em Brasília, definiram como desafio a organização dos docentes em locais onde há a atuação do Proifes e nas instituições multicampi, além da construção do Encontro Nacional de Educação de 2014. Multicampia e as formas de organização dos professores frente à nova lógica de expansão do ensino; a composição da unidade para enfrentamento da precarização do trabalho e a construção da CSP Conlutas também foram assuntos bastante discutidos. Elson Moura, diretor da Adufs, disse que “o Encontro reuniu professores das universidades estaduais, federais e privadas para discutir problemas comuns, a exemplo da ampliação das instituições sem a devida estrutura. Além disso, os presentes falaram sobre a importância de criar mecanismos que estimulem no docente a identificação com as lutas do sindicato”.



Andes-SN

Encontro do Andes-SN reuniu 62 seções sindicais

ADUFS APRESENTA EXPERIÊNCIA DA UEFS EM ENCONTRO DAS IEES/IMES

O projeto de educação superior definido pelo Andes-SN foi o tema XI Encontro do Setor das Estaduais/Municipais, realizado de 27 a 29 de setembro, em Brasília. Representaram a Adufs, Elson Moura, Maslowa Freitas e Graciete Bastos, que apresentou o painel sobre Democracia, relatando a experiência da Uefs.

A eleição da Gestão Mais Uefs para a Reitoria foi citada por Graciete Bastos como um importante período de mudanças. Conquistas como o aumento do percentual da representação discente para 20% no Consu e Consepe, além da Estatuinte, Orçamento Participativo, Comissão Própria de Avaliação, Comitê Gestor do Restaurante Universitário e a Comissão de Permanência Estudantil foram alguns dos exemplos lembrados para mostrar os avanços no exercício da democracia e da transparência administrativa na universidade.

SAÚDE DO TRABALHADOR

Aconteceu, no final de setembro, o Encontro sobre Saúde do Trabalhador, que abordou os motivos que determinam o adoecimento dos professores e as formas de combatê-los. Foram debatidos assuntos como políticas institucionais produtivistas, o combate à precarização das condições de trabalho, a insalubridade e a periculosidade e a privatização do espaço público. A professora Sarah Rios (Dtec) esteve presente no evento.

33º CONGRESSO DO ANDES-SN

O maior evento do Andes SN será realizado entre os dias 10 e 15 de fevereiro do próximo ano e sediado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Maranhão (Apruma), em São Luís. O tema central do Congresso será *Andes-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais*. A Adufs será representada por uma delegação composta de sete docentes, sendo um indicado pela diretoria e os outros pela assembleia do dia 11 de dezembro.

NOVEMBRO TEVE DIA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Atos simultâneos em 130 países marcaram o Dia Latino-americano e Caribeño pelo Fim da Violência contra a Mulher, em 25 de novembro. O objetivo foi incentivar a promoção de ações que estimulem um maior compromisso por parte da sociedade e dos governos para prevenir, punir e erradicar esse tipo de crime. Também neste dia, o Movimento Mulheres em Luta (MML) lançou nas ruas a campanha nacional contra a violência às mulheres.

Esse foi um dos principais eixos aprovados nas resoluções do 1º Encontro Nacional do MML, ocorrido de 4 a 6 de outubro, em Belo Horizonte, quando foi eleita sua Executiva Nacional. A diretora da Adufs, Larissa Penelu, participou das atividades.

MARCHA CRÍTICA A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E EXTERMÍNIO DO NEGRO

A situação limite em que se encontra o negro proletariado do Brasil e o repasse de dinheiro público aos empresários dos megaeventos deu à segunda Marcha da Periferia, realizada em diversas cidades do país no mês de novembro, o tema *Pelos Amarelos, da copa eu abro mão*, definido pelo Movimento Nacional Quilombo, Raça e Classe. Segundo a CSP Conlutas, o Estado brasileiro tem intensificado o genocídio da população afro-brasileira que reside nos bairros pobres e o etnocídio via ideologia do branqueamento. A Marcha da Periferia foi idealizada em 2006 por membros do Movimento Hip Hop, organizado no Maranhão através do “Quilombo Urbano”.

As entidades citam o caso do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza, negro e morador da favela da Rocinha no Rio de Janeiro. Tudo leva a crê que o trabalhador foi sequestrado, torturado e assassinado por policiais de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) instalada naquela comunidade.



CSP Conlutas

Para a CSP, Estado ampliou o genocídio da população afro-brasileira

CENTRAL QUER UNIR AS LUTAS DOS TRABALHADORES DO CAMPO E DA CIDADE

A reunião da Coordenação Nacional, de 22 a 24 de novembro, em São Paulo, foi dedicada ao debate sobre as questões relacionadas aos trabalhadores do campo e a luta contra o agronegócio. A diferença de realidades entre a implantação do agronegócio no Brasil e o alto investimento destinado ao setor pelos governos, enquanto milhares de trabalhadores do campo são submetidos às péssimas condições de trabalho, foi destacada.

O dirigente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), Aparecido Bispo, traçou o perfil dos trabalhadores assalariados do campo, que em sua grande maioria possui pouco acesso à informação, são analfabetos e sofrem com a falta de recursos públicos. Também destacou as características distintas dos trabalhadores assalariados rurais e dos que atuam na agricultura familiar, além da urgência da reforma agrária. Para ele, é necessário fazer uma aliança entre o campo e a cidade. A reunião ainda aprovou o Congresso da CSP Conlutas, em 2015.